

FICÇÕES DE SI: AUTO-ETNOGRAFIA EM RUY DUARTE DE CARVALHO

FICTIONS OF ONESELF: SELF ETNOGRAPHY IN RUY DUARTE DE CARVALHO

Ana Lúcia Liberato Tettamanzy

Profa. Doutora, UFRGS

RESUMO:

Na obra do angolano Ruy Duarte de Carvalho misturam-se os territórios da Literatura e da Antropologia. Os escritos de **A câmara, a escrita e a coisa dita ...fitas, textos e palestras** (2008), apanhado de intervenções realizadas ao longo dos últimos vinte anos, problematizam a produção de identidades e diferenças nos espaços pós-coloniais. O foco está na posição ambivalente do narrador e na opção do escritor por uma “meia-ficção” para representar as vozes sociais e a relação com a paisagem angolana.

PALAVRAS-CHAVE: Ruy Duarte de Carvalho; Literatura; Antropologia; pós-colonialismo; auto-etnografia.

ABSTRACT:

*In his works, the Angolan writer Ruy Duarte de Carvalho blends the domains of Literature and Anthropology. Consisting of a set of interventions conducted over the last twenty years, **A câmara, a escrita e a coisa dita... fitas, textos e palestras** (2008) discusses the production of identities and differences in postcolonial territories. The focus is on the ambivalent position of the narrator and on the writer's choice for a “half-fiction” to represent the social voices and to map its relationship with the Angolan landscape.*

KEYWORDS: Ruy Duarte de Carvalho; Literature; Anthropology; postcolonialism; auto-ethnography

À Procura da “Substância Humana” em Tempos Pós-Coloniais

Uma das possibilidades mais avassaladoras da globalização, essa nova fase do capitalismo, consiste nos fluxos de informações, imagens, textualidades e culturas pelas redes e tecnologias. Os habitantes do século XXI experimentam a sensação de ubiquidade num mundo que se difunde como sem fronteiras, permeável ao fluxo de gentes e ideias. No entanto, o trânsito de capitais e bens é volátil e desigual; gera infindáveis contradições, de modo que as fronteiras – físicas e simbólicas – permanecem. Separam culturas e povos em regiões como o Oriente Médio ou o Leste europeu, mas também nas periferias das megalópoles. Trata-se de uma forma de organização do

capitalismo global que o cientista social Arjun Appadurai situa na polaridade de um sistema celular e de um vertebrado:

o atual estado das empresas globais e dos mercados onde elas operam mostra uma dupla personalidade que aparece com os aspectos vertebrados do estado-nação e que depende deles, mas que é também o laboratório para novas formas de celularidade, desligamento e autonomia local (APPADURAI, 2009, p.31).

Isso se expressa na contradição de um sistema que segue operando com controles e acordos entre estados, mas que precisa “aprender as operações móveis, recombinantes, oportunistas e desnacionalizadas de muitas corporações globais” (APPADURAI, 2009, p.30). Um dos efeitos desse sistema é a vivência cotidiana do medo numa paisagem “assustadora, em que a ordem (regularidade, previsibilidade, rotina e a própria vida cotidiana) organiza-se em torno do fato ou da possibilidade da violência” (APPADURAI, 2009, p.33). O terrorismo a partir do 11 de setembro de 2001 (data da série de atentados orquestrados por Osama Bin Laden nos Estados Unidos) constitui o exemplo mais evidente desse estado de guerra na vida cotidiana civil: todos podem ser o inimigo, e ele pode estar em qualquer lugar.

Ao olhar para trás, pensando em como essa geografia do medo se instalou, uma referência parece inevitável: a expansão colonial, iniciada pelas conquistas portuguesas no século XV, ampliou o conhecimento que os europeus possuíam sobre o mundo. O Ocidente “descobre” outros povos e culturas, sobretudo engendra fantasias a seu respeito, e investe num projeto de dominação e espoliação que se estenderia até o século XX. Um mecanismo básico nesse confronto de civilizações é a desumanização do colonizado, apagando suas instituições, sua língua e sua cultura em nome da presumida superioridade ocidental, manifesta no seu atributo maior, a razão. Em fins do século XIX, surge a Antropologia, ciência marcada pelo estudo e interpretação das diferentes culturas, notadamente daquelas que, então chamadas de primitivas, expunham uma diferença radical em relação ao paradigma das “luzes”. Os pressupostos fundadores desse campo do saber reivindicam sua particular condição para descrever as sociedades remotas, embora relatos de viajantes e “naturalistas” já viessem de longa data oportunizando o acesso a tais realidades físicas e humanas. Não sem ironia, dados produzidos por

antropólogos serão usados por governos imperialistas, para melhor efetivar seus propósitos de subjugação desses espaços “bárbaros”, submetidos a processos sistemáticos de violência em escala global sem precedentes.

O século XX, atravessado pelas duas guerras mundiais, assistiu ao lento ocaso do colonialismo na Ásia e na África. As ex-colônias africanas precipitaram o processo com as insurgências, em meados dos anos 60 ou mesmo antes, de grupos locais, notadamente inspirados nas revoluções de cunho marxista (e, na maioria dos casos, por elas financiados). Portugal, o último império colonial expulso das terras africanas, ocupa posição singular na geopolítica mundial. O colonialismo de segunda linha perpetrado pelo Império luso em África o torna um colonizador colonizado, um Próspero com matizes de Caliban, visto pelos países centrais da Europa como primitivo e selvagem.

A identidade do colonizador português não se limita a conter em si a identidade do outro, o colonizado por ele. Contém ela própria a identidade do colonizador enquanto colonizado por outrem. Como mostrarei a seguir, o Próspero português, quando visto da perspectiva dos Super-Prósperos europeus, é um Caliban. A identidade do colonizador português é, assim, duplamente dupla, constituída pela conjunção de dois outros: o outro que é o colonizado e o outro que é o próprio colonizador enquanto colonizado. Foi essa duplicidade de alta intensidade que permitiu ao português ser, muitas vezes, tratado mais como emigrante, do que como colono, nas “suas” próprias colônias. (SANTOS, 2008a, p.245)

Ainda conforme o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, Portugal possui um lugar controverso na cena global, o de cultura de fronteira, com dificuldades de diferenciação perante o que lhe é exterior ou dentro de si mesma. O outro lado desse acentrismo é o cosmopolitismo, um “universalismo sem universo feito da multiplicação infinita dos localismos” (SANTOS, 2008b, p.153), acrescido do traço tantas vezes criticado na intelectualidade portuguesa, a “perícia de extraterritorialidade tanto nos espaços estranhos como nos espaços originários. As raízes são assim o artefacto de uma capacidade de nativização do alheio” (SANTOS, 2008b, p.154). Nessa perspectiva, a mobilidade da condição semiperiférica portuguesa pode reverter contemporaneamente num efeito positivo, a disponibilidade multicultural, que se alimentaria dos fluxos constantes que a atravessam. Cabe lembrar que Santos, conhecido pela crítica às leituras culturalistas e mitologizantes da cultura portuguesa, visto serem alheias às investigações da materialidade

histórica e sociológica¹, em certa medida aposta num destino mais promissor desses traços culturais. Crescentes demonstrações de intolerância racial e xenofobia em Portugal (como em toda a Europa, a bem da verdade), permitem levantar dúvidas sobre a virtual disponibilidade para os fluxos de gentes e culturas na zona de fronteira. É o caso da reflexão de Inocência Mata sobre o monoculturalismo vigente no atual discurso oficial português sobre a identidade, que carece de uma educação para a diferença.

Por isso, nunca é demais resgatar a problemática do ‘encontro de culturas’, porém reafirmando que dele se pode falar apenas como fase posterior de dolorosos e violentos ‘recontros’, de forma a rectificar desvios ideológicos e discursos encomiásticos que pensam promover a coexistência harmoniosa, de modo a escapar à verberação ou à glorificação de um passado sem remissão – porque não se pode regressar ao passado! Passado de que uma das partes não guarda memória positiva e de que sofre ainda consequências estruturais, contrariamente ao que se vem registando em certos discursos políticos e ultimamente até em discursos pretensamente científicos, mas com forte embasamento ideológico. (MATA, 2006, p.313)

Em tal contexto, o escritor angolano Ruy Duarte de Carvalho (1941-2010) possui trajetória particularmente interessante. Nascido em Portugal, naturalizou-se angolano. Como antropólogo, lecionou em lugares como Paris, Lisboa e São Paulo. Em Angola, dedicou-se a acompanhar, sobretudo, populações do sul do país, imersas na paisagem do deserto, que cartografou em produções audiovisuais para a televisão e para o cinema nacionais. Como escritor, produziu obra diversificada, tendo publicado ensaios, ficções, narrativas e nove livros de poesia. A poesia foi reunida na obra *Lavra* (2005), sendo *Chão de oferta* (1972) o primeiro livro e *Observação direta* (2000), o último. Na ficção, *Como se o mundo não tivesse leste*, de 1977, é seu livro de estreia. *Os papéis do inglês* (2000), *As paisagens propícias* (2004) e *A terceira metade* (2009) compõem a trilogia chamada *Os filhos de Próspero*. Em 1999, a narrativa *Vou lá visitar pastores* já radicalizara o estilo híbrido, que não se enquadra num gênero particular. Sua trajetória intelectual pode ser assim sumarizada, nos seus próprios termos:

[...] partindo da poesia e entrando pela antropologia adentro pela ponte do cinema, e deixando que a antropologia, por sua vez, me catapultasse para a ficção que ando finalmente a arriscar... Se foi a poesia, passando pela ponte do cinema, que me transportou à antropologia, à *apreensão fundamentada no conhecimento dito objetivo disponível sobre a substância humana com que a vida me implicou*, foi a antropologia – embora sem programa prévio

mas sempre como via também de expressão e de intervenção – que me transportou à ficção... (CARVALHO, 2008, p. 12, grifos meus).

A via de duas mãos entre Literatura e Antropologia percorre a poética do autor. Do ponto de vista formal, intertextos como diários, cartas, transcrições de fitas cassetes compõem a tessitura da escrita que mescla gêneros permeáveis – literatura, viagem, ficção, ensaio antropológico, autobiografia, memorialismo. Do ponto de vista temático, aproximam-se os dois campos pelo interesse comum em intervir na “substância humana” que a vida implicou. A frequência de ambos os discursos encontra paralelo na experiência do autor, que faz dialogar a formação europeia com a perspectiva angolana, vale dizer, ao escrever sobre a pátria escolhida, utiliza ferramentas de uma disciplina ocidental. Os efeitos dessa visada operam mais uma cisão no escritor: enxerga um país urbano contaminado pelos conflitos da globalização, mas traz à superfície, talvez também para si mesmo, um país e um povo à margem do tempo e da história nas paisagens habitadas pelos pastores. Trata-se de uma forma íntima e dilacerada de escrever Angola nesses tempos pós-coloniais, resultante de um olhar que opera simultaneamente a partir de dentro e de fora de sua cultura. Escolheu passar os últimos anos de sua vida na Namíbia e, em atendimento à sua vontade, após a morte teve as cinzas depositadas no deserto. Cabe reproduzir o trecho de uma autobiografia que escreveu a pedido do *Jornal de Letras*, de Lisboa, em 2005, republicada quando de seu falecimento em 2010:

E a partir de 92 arranjei maneira de ir estar, todos os anos, cinco meses com os pastores do Namibe. Decidi então passar a disponibilizar essa informação sem ter de escrever naquele tom da escrita acadêmica ou de relatório, porque disso já tinha tido a minha dose. E foi assim que adoptei a maneira do Vou lá visitar pastores que depois me pôs na pista de uma meia-ficção em que venho insistindo nos últimos anos. E fui também deixando cada vez mais de escrever poemas tal e qual. Hoje continuo a não conseguir andar muito tempo por fora sem devolver-me ao murmúrio de Luanda à noite que sobe das traseiras da minha casa na Maianga, e sem continuar a dar de vez em quando um salto ao Sul, para visitar pastores.²

O sujeito que decide na adolescência naturalizar-se angolano descobre a profunda identificação com a paisagem. Sua identidade e seu território adquirem contornos tão instáveis quanto o das areias que aprendeu a amar. Aprendizagem que implica uma desaprendizagem, conforme explicam Laura

Padilha e Cláudia Fabiana de Oliveira Cardoso em sua análise do romance *Os papéis do inglês*. Para elas, Ruy Duarte encena papéis neocoloniais para os desconstruir, efetivando a opção descolonial pela “desobediência epistêmica”, termo cunhado por Walter Mignolo que significa aprender a desaprender (PADILHA & CARDOSO, 2010, p.165). A opção pela meia-ficção pode ser compreendida como a forma-síntese do criador multifacetado, que escolhe habitar as fronteiras da vida e da escrita como possibilidade de resistir à continuidade da violência e do assujeitamento nas ex-colônias.

Para dar conta dessa construção narrativa, serão tomados como base dois textos de opinião do autor, publicados na obra *A câmara, a escrita e a coisa dita ... fitas, textos e palestras*, publicada em 2008, um apanhado de textos produzidos nos vinte anos que a antecederam. O primeiro deles, “Falas & vozes, fronteiras e paisagens... escritas, literaturas e entendimentos...”, é uma palestra proferida em Coimbra, em 2005, após o retorno de uma viagem ao Brasil, quando conheceu o sertão de João Guimarães Rosa. O segundo, “Travessias da oralidade, veredas da modernidade”, resulta de uma palestra proferida num Colóquio em Zurique, em 2003. Com o suporte da crítica literária e de pressupostos da Antropologia, são destacados alguns aspectos que permitem aproximar os domínios literários e antropológicos a fim de elucidar, tanto quanto possível nos limites de um breve artigo, como se constitui a escrita híbrida de Ruy Duarte de Carvalho, tendo em vista qual pode ser, afinal, sua relação com a vida humana.

Performances de Narrador

Pode-se dizer, inicialmente, que a narrativa constitui um recurso amplamente utilizado, tanto por ficcionistas como por antropólogos, em seus propósitos de dar conta da vida humana em determinados tempos e espaços. Se, para os últimos, importa, grosso modo, fazer uso da objetividade e de aparatos metodológicos para a descrição e interpretação das culturas, para os primeiros, destaca-se a preocupação em construir mundos possíveis de modo esteticamente elaborado. No entanto, sabe-se que a objetividade vem sendo

posta em xeque não só nas ciências humanas, em nome do relativismo dos pontos de vista e da descrença nas verdades absolutas ou nos sistemas universais. De forma semelhante, os estudos literários, além de postularem a precariedade em delimitar gêneros e espécies, colocaram em questão a representação calcada no realismo em face das estéticas modernas, defensoras da fragmentação do sujeito e das formas. Essa liminaridade, digamos assim, aparece exemplarmente definida numa fala do narrador-etnógrafo de *Vou lá ver visitar pastores*:

Não haverá assim quem não seja operador de ficções e a realidade, essa, esvai-se, ficou mais é a experiência, inscreveu-se a estória. Direi, amanhã, ou não direi, rezarei só para mim, é mais o que retive, não o que vivi. Mas há circunstâncias, tentava eu dizer... (CARVALHO, 1999, p. 106, grifos meus).

A possibilidade de dar conta de uma realidade pelos recursos narrativos também aparece como central na preocupação de antropólogos, como atestam Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornélia Eckert, cujos estudos procuram dar conta das “formas de sociabilidade, das *intrigas e dos dramas* que configuram o teatro da vida”, efetivando um “*mapeamento simbólico do movimento da vida*” (2005, p. 83, grifos meus). Como se percebe, a complexidade e o movimento da vida contemporânea são capturados a partir de recursos próprios da ficcionalidade, posto que os atores são inscritos em enredos, por sua vez assentados em condicionamentos espaço-temporais. À semelhança do narrador de Ruy Duarte, que assume ser capaz de contar a estória do que reteve da experiência (e não o que viveu), as autoras explicam que o antropólogo opera uma “configuração” do que experimentou em campo:

Agenciando fatos, situações, acontecimentos, personagens e seus dramas num todo ordenado (para além de uma lógica acrônica ou cronológica), o antropólogo emprega os *recursos da configuração narrativa buscando representar a ação*. Para tanto, realiza uma atividade de *configuração*, que faz do *método etnográfico uma solução poética para os paradoxos do “considerar junto”*, numa totalidade coerente, os episódios vividos e registrados “em campo”. (ROCHA & ECKERT, 2005, p.133, grifos meus)

A experiência de campo, ou o estar junto, constituem, portanto, suporte da escrita etnográfica que utiliza a configuração narrativa como forma de produção de pensamento. De modo semelhante, Rita Chaves identifica em Ruy Duarte de Carvalho o deslocamento como a condição para a literatura, posto que a viagem “mescla-se à escrita, misturando-se aos refinados processos que integram as suas estratégias de representação. No plano temático e/ou no nível da estrutura de suas obras, os deslocamentos inscrevem-se como presença determinante” (CHAVES, 2010, p. 18). A dupla inscrição do deslocamento é explicitada em vários dos textos ensaísticos do autor, que reflete sobre sua privilegiada condição de antropólogo e poeta/escritor (além de cineasta) e que conjuga essas competências em seu propósito de dar forma e expressividade às realidades angolanas. É o caso do fragmento seguinte, extraído da palestra de 2005:

.... a antropologia, entretanto, veio não só garantir-me a hipótese de ter acesso ao que poderia passar-se na cabeça e no coração de personagens determinadas – em termos de cultura – por lógicas, conceptualizações e representações que não exatamente as que determinavam o curso do mundo que dominantemente me envolvia a mim e as envolvia a elas (e que é o que se passa, talvez e em maior ou menor grau, com a maioria da população angolana), como me permitiu *constituir-me a mim mesmo como personagem, como narrador...* (...) o narrador em que me constituo continua a não ser capaz de colocar-se naquela situação em que *o autor se apodera da consciência do outro.....* apenas disponibiliza o que *o outro lhe terá feito saber de si mesmo.....* (CARVALHO, 2008, p.23, grifos meus)

O trecho mostra mais um dado da poética do autor, no caso, a recusa em criar uma voz narrativa onisciente, dona absoluta de suas criaturas, substituída pela polifonia dos discursos da dinâmica social, experimentados enquanto antropólogo que teve acesso a “lógicas, conceptualizações e representações” que não as suas. Além de explicitar as vozes sociais, essa experiência permite usufruir da alteridade, produzida no funcionamento dos enunciados – ou dos gêneros do discurso – conforme explicou Mikhail Bakhtin: “A experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro. [...] que assimilamos, reestruturamos, modificamos” (2003, p. 294) Como se sabe, pela presença do outro, a identidade pode se estabelecer, permitindo ao sujeito

“saber de si mesmo”. No entanto, no caso em tela, esse processo se faz mediante a construção narrativa.

Assim, temos na escrita de Ruy Duarte um narrador e também um personagem de si mesmo, como concretamente as referências intertextuais e autobiográficas permitem perceber em vários de seus textos, que imbricam os limites de ficção e realidade. De forma semelhante, o antropólogo James Clifford (2005) discorre sobre o percurso que sua disciplina percorreu desde o século XIX até o momento presente, em que situa uma crise da autoridade etnográfica. Após a urgência inicial de marcar a credibilidade do profissional em sua observação-participante, identifica o debate da descrição densa, que expõe a dialética da experiência e da interpretação, ou do cruzamento de intersubjetividade e formas objetivas de conhecimento propiciados pela coexistência num mundo compartilhado. Mais recentemente, entende que entrou em pauta “uma crescente visibilidade dos processos criativos (e poéticos, em sentido amplo) através dos quais os objetos ‘culturais’ são inventados e tratados como sendo dotados de sentido” (CLIFFORD, 2005, p.122). Para dar conta dessa “invenção”, o autor recorre a conceitos da linguística, explicando que o “estar lá” na presença do sujeito do discurso é substituído pela posterior interpretação que o antropólogo realiza em formas textuais: “Os acontecimentos e os encontros da pesquisa ganham a forma de notas de campo. As experiências tornam-se narrativas, incidentes dotados de significado ou ilustrações” (CLIFFORD, 2005, p.123). Um aprofundamento dessa problemática ocorre com a proposição de uma “hermenêutica da vulnerabilidade” (CLIFFORD, 2005, p.128), em que a antropologia se indaga sobre quanto pode ser efetiva a reciprocidade intersubjetiva do trabalho de campo, dado o limite em contrapor vozes autorais, representando diálogos com as vozes indígenas. O ápice desse levantamento encontra-se na formulação de uma heteroglossia na etnografia, “uma estratégia textual de alternância, a utopia da autoria plural que concede aos colaboradores o estatuto não de meros enunciadores autônomos, mas de escritores” (CLIFFORD, 2005, p.137).

Ambas as perspectivas – a literária e a antropológica – compartilham, assim, a consciência sobre a mediação da linguagem na produção do real, bem

como sobre o caráter de simulação da vida social, ou seja, seus ritos, dramatizações e condicionamentos que repelem a ilusão de uma verdade única ou de um real transparente. Essa questão está longe de ser consensual nas ciências humanas, embora cada vez mais espaço tenha sido dedicado a tratar dos modos de representação intercultural e do envolvimento intersubjetivo implicado na produção de conhecimento ou mesmo na produção da arte. Com isso se atinge o limite desenhado por Clifford a partir dos debates antropológicos: como compartilhar a autoria dos textos, abdicando da posição autoritária (ou benevolente) de “dar voz” ao outro e desconstruindo a centralidade do saber ocidental?

Nesse sentido de disputa de epistemologias, ainda no texto de 2005, Ruy Duarte reivindica um espaço não subalterno para os criadores africanos, que deveriam urdir a literatura “a partir dos recursos da linguagem e não da colocação sociológica do autor” (CARVALHO, 2008, p.18). Critica os autores que reduzem seus “personagens a caricaturas de indigência verbal” por terem que efabular e viver em língua que não a materna, como se fora “do pensamento dos que dominam as línguas dominantes não há lugar para complexidades mentais e para abstrações” (CARVALHO, 2008, p.19). Da mesma forma, ao questionar a modernidade, que, a seu ver, não resolveu impasses e mantém arbitrariedades e crimes, afirma que o conhecimento não se dá apenas pelo científico: “admito e persigo, sem qualquer reboço, outros modos de inteligibilidade para a qual tudo possa concorrer, tudo possa ser convocado.....” (CARVALHO, 2008, p. 25), assim como espera que “as diferentes lógicas e decifrações do mundo referidas a uma determinada geografia social ou política sejam levadas em conta...” (CARVALHO, 2008, p.26) Tais ponderações remetem à sua lucidez perante a continuidade, no pós-independência angolano, do assujeitamento das línguas e das formas de conhecimento tradicionais e locais perante elites e governos corruptos e integrados a uma lógica global que, como foi exposto, não eliminou os desequilíbrios entre as nações e culturas, pelo contrário, forjou novos mecanismos de subordinação e desvalia. O autor abordara a mesma situação no texto de 2003, em que lamenta certas fatalidades que pesam sobre o

intelectual africano, como a de “obrigatoriamente operar com as categorias e conceitos, as lógicas e as dinâmicas, e até os meios, do saber irremediavelmente etnocêntrico e expansionista ocidental, mesmo quando é contra esse saber e o seu império que pretende rebelar-se.” (CARVALHO, 2005, p.57) Com a imaginação criativa, busca a reinvenção “de uma memória outra que sirva ao interesse comum” (CARVALHO, 2008, p.80).

Talvez a meia-ficção e os narradores entre dois mundos tenham sido os recursos mais efetivos utilizados pelo angolano para dar conta da sua resistência aos efeitos remanescentes do colonialismo, resistência essa manifesta na busca de uma outra perspectiva para narrar e explicar seu mundo e mesmo o mundo. Ou, nos termos propostos por James Clifford para a etnografia, na busca de uma representação textual da utopia da heteroglossia, que vai além da polifonia orquestrada por um único autor: “a própria noção de autoria plural desafia uma profunda concepção ocidental que consiste na identificação da organização de qualquer texto com a intenção de um autor singular” (CLIFFORD, 2005, p.137). Na próxima seção deste trabalho, proponho dar seguimento ao recém exposto sobre as ambivalências do narrador-antropólogo debatendo as implicações da paisagem sobre a meia-ficção de Ruy Duarte de Carvalho.

As Paisagens e seus Modos de Estar e de Dizer

Nos dois textos de opinião analisados, ressalta ainda uma outra faceta da poética de Ruy Duarte de Carvalho, a pregnância da paisagem, seja como alargamento da experiência humana do sujeito biográfico, seja como elemento de linguagem e, como tal, estruturante do modo de dizer o mundo. No texto de 2005, confessa a maravilha de descobrir, em 1965, *Grande sertão: veredas*, “finalmente *um tipo de escrita e de ficção adequado à geografia e à sua substância humana*” (CARVALHO, 2008, p.13, grifos meus), evento que faz nascer-lhe uma alma angolana e buscar em seu país as vozes de certos autores que se projetam como falas coletivas, com “*a adequação da palavra à condição da experiência, das percepções e da consciência do sujeito humano*

em situação interativa". (CARVALHO, 2008, p.15, grifos meus) Já expliquei anteriormente a duplicidade do narrador que usufrui do contato com o outro para construir sua identidade. Aqui se coloca mais um termo dessa equação, a consubstanciação da paisagem num tipo particular de escrita, que remete ao coletivo por conta da experiência de ter estado junto, na situação interativa, condição necessária para que se possa pensar na "utopia da autoria plural", conforme a abordagem de James Clifford.

Outro elemento dessa escrita, referente a uma experiência de mundo compartilhada por diferentes atores, diz respeito à subversão da língua do colonizador, tópica frequente dos escritores e críticos das literaturas africanas. Num meio habitado por seres que liam, viam e viviam a partir de outras línguas, Ruy Duarte pensou em como dizer em português as paisagens que ele identifica "em situação de fronteira, portanto, não só os sujeitos que avançam sobre a paisagem que desconhecem e os desconhece, mas também os sujeitos locais perante a '*paisagem*' da língua que avança sobre eles e se lhes impõe...." (CARVALHO, 2008, p.20, grifos meus) Nesse momento, portanto, o autor amplia o significado da paisagem, que extrapola a dimensão física para contaminar o espaço simbólico da língua imposta pelo colonizador. Vale ressaltar que, nessa situação, surge a potência da voz:

Todas as expressões literárias locais se constituiriam assim como literaturas de fronteira em que a *paisagem seria a língua maior*, e que aí, uma vez realizadas, se transmutariam *em voz... virando fala que passa a ser voz*, perturbe a expressão do poder que a língua também é..... (CARVALHO, 2008, p.22, grifos meus).

A voz assim compreendida dialoga com as formulações do historiador, escritor e teórico Paul Zumthor, que, em obras seminais como *A letra e a voz e Introdução à poesia oral*, publicadas em meados dos anos 80, redimensiona o conceito de literatura, propondo sua substituição pelo de poesia oral. Suas proposições nasceram do trabalho meticuloso como medievalista, que descobriu "energias que transbordam do texto" (ZUMTHOR, 1993, p.207), e, na "permanência de uma palavra-testemunha" e da "instância da enunciação, a presença carnal e a continuidade da voz" (ZUMTHOR, 1993, p.208). Não obstante o limite do suporte material do papel e a fixidez da escrita, os textos medievais revelaram ao historiador a dinâmica social de uma comunicação

poética que ocorreu em presença e por causa de uma voz – e, como tal, de um corpo em performance, em que a voz adquire valor social.

De certa forma, as formulações de Ruy Duarte de Carvalho dialogam com as de Zumthor no que há de concretude nessa paisagem que se transmuda em voz, uma ausência que se faz presente textualmente: “o texto se prepara para entrar em performance, para integrar-se no movimento de um corpo, em sua verdade vivida, ao abrigo de todo sequestro racional”, (ZUMTHOR, 1993, p.162). Ruy Duarte relata, no texto de 2003, que foi a partir do cinema que se tornou antropólogo, origem de sua estreita e continuada relação com “certas vozes locais”. (CARVALHO, 2008, p.48). Como cineasta, em sua “escuta” das populações, começou em 1977 o registro de uma coleção de provérbios, que, para ele, antes de serem tradição oral, eram segmentos de discurso, presenciados em sessões de adivinhação, imprecações em atos de culto, “uma penetração e uma inscrição que excedem a língua para revelar abertamente uma *incidência da própria linguagem, da cultura*, da organização do discurso, da maneira de comunicar, da memória local e de uma particular visão de mundo” (CARVALHO, 2008, p.50, grifos meus). Essas vozes da cultura local, compartilhadas em performance, encontrariam lugar na sua escrita; contudo, para ele não se tratava de escrever diferente para produzir um modo africano nem em nome do outro, mas, empregando os termos de Zumthor, tratava-se da integração no texto da “verdade vivida, ao abrigo de todo sequestro racional”. Mais adiante no mesmo texto, Ruy Duarte enfatiza seu vínculo sensorial e afetivo – portanto corporal – com a geografia física e humana do país e com a língua adotada na escrita, porém experimentada em incursões por entre distintos espaços e temporalidades: “Tenho para mim que o que tenho escrito não pode deixar de ser o resultado de um processo de *interacção entre a língua portuguesa e o chão de Angola e quem o povoa*” (CARVALHO, 2008, p.51, grifos meus).

A seu modo, o autor aborda as tensões identitárias pós-coloniais inscrevendo um nacionalismo da diferença. Por essa razão propõe que o africano e as culturas subalternizadas encontrem no uso de seus próprios instrumentos – a tradição oral, no caso – maneira de contrapor-se à

globalização. Isso lhe parece uma ação pragmática e de intervenção cívica, por alguém que faz parte “de uma *substância nacional plena de insularidades, de ‘localidades’*” (CARVALHO, 2008, p.54, grifos meus). A imagem de uma substância nacional constituída de isolamento e fragmentação espacial e cultural não projeta uma identificação negativa, antes assume como próprios traços dispersos e em metamorfose, resistentes a uma leitura homogeneizante e hierárquica. Com Deleuze e Guattari, define a sua literatura como menor, não porque inferior, mas porque de uma minoria dentro de uma língua maior, na expectativa de que cada autor “saiba encontrar em si, e no universo que lhe assiste, o seu próprio ponto de subdesenvolvimento, a marginalidade de sua própria gíria, o seu *terceiro-mundo próprio, o seu deserto*” (CARVALHO, 2008, p.62, grifos meus). O deserto, costumeiramente associado ao campo semântico da escassez, da secura, torna-se aqui o seu oposto, lugar de criação experimentado subjetivamente, em dinamicidade com o “universo que lhe assiste”, ou seja, necessariamente implicado na interculturalidade do narrador-antropólogo, em deslocamento pelas margens da voz e da escrita (e das culturas que cada uma comporta), simultaneamente de perto e de longe da pátria. Tais são as bases de seu projeto auto-etnográfico, em que o sujeito reconstrói ficcionalmente sua identidade, assunto da seção a seguir, que conclui esse artigo.

Sobre a Auto-etnografia

Mediado pelos referenciais do saber antropológico, Ruy Duarte de Carvalho promove o cruzamento de vozes e de histórias resultantes dos processos de colonização e descolonização. Dessa forma, agencia testemunhos escritos e orais que traduzem e manipulam os instrumentos do colonizador – no caso, a própria etnografia – na produção de uma auto-etnografia. Nos termos de Mary Louise Pratt,

se os textos etnográficos são aqueles em que os sujeitos metropolitanos representam para si mesmos os seus outros (geralmente os seus outros subjugados), os textos auto-etnográficos são representações que os chamados outros constroem *em resposta* a esses textos ou em diálogo com eles.[...] envolvem uma colaboração selectiva com os idiomas da metrópole ou do conquistador e a apropriação dos mesmos. Estes são fundidos ou

integrados em diversos graus nos idiomas indígenas para criarem auto-representações cuja intenção é *intervirem* nos modos de compreensão metropolitanos. (PRATT, 2005, p.237, os grifos são da autora)

O conceito de Pratt permite complexificar a representação bifronte que Ruy Duarte efetivou das contradições e da violência da sociedade angolana nos tempos pós-coloniais. O autor não se satisfaz com a possibilidade de criação de personagens, seres de papel, que oferecessem uma representação corriqueira da realidade. Primeiramente, fraturou os limites entre a escrita biográfica e a ficção, intercambiando na voz do narrador experiências de campo e ações de personagens; num passo adiante, sofisticou a linguagem de modo a compor o tecido ficcional com mecanismos antropológicos de descrição e interpretação da realidade em face da já mencionada “substância humana”. Como efeito da paradoxal posição de sujeito periférico que domina os instrumentos ocidentais, Ruy Duarte desnuda os desmandos da modernidade ocidental através das vozes e das práticas dos colonizadores desvairados nas terras de África e de seu legado atroz. A esse modelo responde com um saudável e “civilizado” exemplo de cosmopolitismo

a época globalizada é esta em que, além de nos relacionarmos efectivamente com outras sociedades, podemos situar a nossa fantasia em múltiplos cenários ao mesmo tempo e nos devemos interrogar sobre se as diferentes narrações do mundo são ou não compatíveis entre si. (CARVALHO, 2008, p. 61)

NOTAS:

¹ Refiro-me aqui ao artigo “Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal”, em que Boaventura critica as leituras sobre a cultura portuguesa de nomes consagrados como Antonio Quadros e Eduardo Lourenço em nome da objetividade da análise material da sociedade, que, a seu ver, explicaria de forma mais satisfatória as causas do atraso do país.

² Texto publicado no Jornal de Letras no dia 12 de agosto de 2005, disponível em <http://visao.sapo.pt/morreu-ruy-duarte-de-carvalho=f569029><http://visao.sapo.pt/morreu-ruy-duarte-de-carvalho=f569029>. Acesso em 2 de setembro de 2012.

REFERÊNCIAS:

APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. Trad. ANA GOLDBERGER. São Paulo: Iluminuras, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso”. In: _____. *A estética da criação verbal*. 4.ed. Trad. PAULO BEZERRA. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CARVALHO, Ruy Duarte de. *A câmara, a escrita e a coisa dita... fitas, textos e palestras*. Lisboa: Cotovia, 2008.

_____. *Vou lá visitar pastores*. Lisboa: Cotovia, 1999.

CHAVES, Rita. "A propósito da narrativa contemporânea em Angola: notas sobre a noção de espaço em Luandino Vieira e Ruy Duarte de Carvalho". In: SECCO, Carmen Tindó, SALGADO, Maria Teresa & JORGE, Silvio Renato (orgs.) *África, escritas literárias: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe*. Rio de Janeiro: editora UFRJ: UEA, 2010.

CLIFORD, James. "Sobre a autoridade etnográfica". Trad. CARLOS BRANCO MENDES. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) *Deslocalizar a Europa: Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 2005.

MATA, Inocência. "Estranhos em permanência: a negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade". In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) *"Portugal não é um país pequeno": contar o 'império' na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 2006.

PADILHA, Laura & CARDOSO, Cláudia Fabiana de Oliveira. "Veredas ao sul: a escrita ficcional de Ruy Duarte de Carvalho". *Ipotesi*. Juiz de Fora. v.14, n.2. jul./dez. 2010. p.159-167.

PRATT, Mary Louise. "Transculturação e auto-etnografia: Peru 1615/1980". Trad. JOÃO CATARINO. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) *Deslocalizar a Europa: Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 2005.

ROCHA, Ana Luíza Carvalho da & ECKERT, Cornélia. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Amálio Pinheiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Texto recebido em 18-09-2012 e aprovado em 25-09-2012.